

**Ata n.º 2/2012**

**do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa**

No dia 13 de fevereiro de 2012, pelas 15,50h, teve início a reunião do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a ordem de trabalhos que se anexa (Doc.1).

Estiveram presentes os Professores Doutores: Marcelo Rebelo de Sousa, António Menezes Cordeiro, Fausto de Quadros, Miguel Teixeira de Sousa, Paulo Otero, Maria Fernanda Palma, Pedro Romano Martinez, que presidiu, Pedro Barbas Homem, Eduardo Vera-Cruz Pinto, Fernando Araújo, Dário Moura Vicente, Maria do Rosário Palma Ramalho, Vasco Pereira da Silva, Maria Luísa Duarte, Eduardo Santos Júnior, Jorge Reis Novais, Isabel Banond, David Duarte, José Luís Ramos, Rui Pinto, Miguel Moura e Silva, Sílvia Alves, que secretariou, e Rute Saraiva.

O Conselho felicitou os novos Doutores, Isabel Graes, Isabel Alexandre e Miguel Patrício, pela realização das respetivas provas de doutoramento.

**1. Aprovação da ata da reunião anterior**

A Ata n.º 1/2012, relativa à reunião de 11 de janeiro, foi aprovada.

Após as intervenções da Professora Maria Luísa Duarte e dos Professores David Duarte e Marcelo Rebelo de Sousa, o Presidente informou o Conselho do teor da "Ata da Reunião do Conselho Científico, em formação de Professores Catedráticos, de 11 de janeiro", aprovada na reunião imediatamente anterior e cujo texto agora se anexa (Doc.2).

Os membros do Conselho não apresentaram qualquer objeção quanto ao concreto teor deliberativo da "Ata da Reunião do Conselho Científico, em formação de Professores Catedráticos, de 11 de janeiro".

Sobre a prática observada quanto ao funcionamento das reuniões do Conselho Científico em formação de Professores Catedráticos, bem como sobre o respetivo enquadramento legal, estatutário e regimental, o Conselho abriu um amplo debate. Os Professores Maria Luísa Duarte, Jorge Reis Novais e David Duarte manifestaram a sua discordância quanto às reuniões do Conselho Científico em formação de professores catedráticos, tendo o último referido que todas as deliberações assim tomadas eram nulas. Pronunciaram-se ainda os Professores António Menezes Cordeiro, Marcelo Rebelo de Sousa, Fernanda Palma e Paulo Otero.

O Conselho definiu o consenso segundo o qual o Conselho Científico em formação de Professores Catedráticos, sendo uma das matérias que maior divergência tem registado, deverá constituir objeto de reflexão e de debate.

## **2. Prémio *Pro Iustitia***

O Presidente do Conselho deu a palavra ao Diretor da Faculdade que, depois de evocar brevemente a história do Prémio *Pro Iustitia*, propôs a sua atribuição a Nelson Mandela, Prémio Nobel da Paz e ex-Presidente da África do Sul, pondo em destaque o seu papel histórico na afirmação dos valores democráticos e na defesa dos direitos humanos em África.

Depois de se pronunciarem vários dos seus membros, o Conselho deliberou atribuir o Prémio *Pro Iustitia* a Nelson Mandela.

O Professor Fernando Araújo encontrava-se ausente quando o Conselho deliberou a atribuição do Prémio *Pro Iustitia*.

## **3. Centro de Investigação**

O Diretor, em cumprimento do mandato que recebeu na reunião de dezembro, deu conta das reuniões que desde então promoveu e submeteu ao Conselho o texto da "Proposta de linhas de orientação para a criação de centros de investigação sectoriais e da unidade de coordenação e de acompanhamento da FDL como entidade de acolhimento" (Doc.3).

A Proposta prevê a criação, através dos Institutos da Faculdade, de "centros para atividades sectoriais de investigação científica e internacionalização da investigação científica" ("centros de investigação"), dotados de autonomia científica e administrativa, atuando a Faculdade como entidade pública de acolhimento.

A Proposta foi amplamente debatida através das intervenções dos Professores Fernando Araújo, Pedro Barbas Homem, Maria do Rosário Palma Ramalho, Miguel Teixeira de Sousa, Fernanda Palma, Marcelo Rebelo de Sousa, David Duarte, Dário Moura Vicente e Vasco Pereira da Silva.

O Conselho aprovou na generalidade a "Proposta de linhas de orientação para a criação de centros de investigação sectoriais e da unidade de coordenação e de acompanhamento da FDL como entidade de acolhimento".

O Professor Eduardo Vera-Cruz Pinto agradeceu ao Conselho a confiança nele depositada, assim como todas as apreciações e sugestões formuladas.

## **4. Regimento do Conselho Científico**

O Presidente do Conselho começou por apresentar os projetos de Regimento da autoria do Professor David Duarte e do Professor Fernando Araújo, previamente divulgados,

sumariando as alterações propostas. Questionou depois o Conselho sobre a oportunidade da votação dos projetos, atendendo ao facto de se encontrar em curso o processo de revisão dos Estatutos da Faculdade.

O Conselho debateu amplamente o teor dos projetos e a oportunidade da sua votação, tendo-se pronunciado, sucessivamente, os Professores David Duarte, António Menezes Cordeiro, Jorge Reis Novais, Marcelo Rebelo de Sousa, Fernando Araújo e Fernanda Palma.

## **5. Doutoramento e pós-doutoramento**

O Conselho tomou conhecimento do requerimento em que o Mestre Francisco Manuel Fonseca de Aguiar requer a admissão à prestação de provas de doutoramento, no ramo de Ciências Jurídicas e na especialidade de Direito Penal, com a dissertação intitulada "Dos comportamentos ditos neutros na cumplicidade", orientada pelo Professor Augusto Silva Dias, ficando adiada a constituição do respetivo júri.

O Professor António Menezes Cordeiro lembrou o Conselho do teor do seu "Projeto de deliberação genérica relativa a doutoramentos", apresentado na reunião de janeiro.

O Conselho admitiu a doutoramento Ariete Memuna Ibrahim Sulemane Loução, na especialidade de Ciências Jurídico-Civis, com o tema "Implicações jurídicas e sustentabilidade da função social e ambiental da propriedade urbana, no sistema jurídico moçambicano", sob orientação do Professor Doutor José de Oliveira Ascensão e, de acordo com a recomendação da reunião de 14 de dezembro último, sob a coorientação do Professor José Bonifácio Ramos.

O Conselho admitiu a doutoramento Duarte Manuel Lynce de Faria, na especialidade de Ciências Jurídico-Empresariais, com o tema "O contrato de volume e o transporte marítimo de mercadorias", e sob orientação do Professor Januário da Costa Gomes.

O Conselho apreciou o requerimento em que Patrícia Henriques Ribeiro, mestre em Direito, pede dispensa da parte escolar do curso de doutoramento para o ano letivo de 2011/2012, a fim de que possa realizá-lo sem, necessariamente, permanecer por todo o período em Portugal. Junta Certificado do Secretário da Faculdade, de acordo com o qual as provas de mestrado foram concluídas a 14 de abril de 2000, com a classificação de 16 valores; e Carta de Aceitação do Professor Jorge Miranda, de acordo com a qual a requerente pretende frequentar o curso de doutoramento em Ciências Jurídico-Políticas, tendo como tema "Garantismo constitucional", declarando, para os devidos efeitos, aceitar ser seu orientador.

Tendo em conta as disposições em vigor quanto ao ciclo de estudos conducente ao grau de Doutor e, em particular, as disposições que se referem à sua organização, o Conselho manifestou a sua intenção de indeferir a dispensa da parte escolar do curso de doutoramento, pedindo à requerente para se pronunciar.

O Conselho tomou conhecimento do requerimento em que Sara Jorge Simões de Almeida Barroso Blanco de Moraes, tendo concluído a parte escolar do Curso de Mestrado Científico em Ciências Jurídico-Administrativas com a classificação de 17 valores, pede a sua admissão à preparação de doutoramento com o tema "Direito Administrativo e atos de gestão urbanística - a aplicabilidade da teoria do valor do ato administrativo", sob a orientação do Professor Marcelo Rebelo de Sousa. A apreciação do requerimento ficou adiada.

O Conselho tomou conhecimento do requerimento em que João Paulo da Cunha Rendeiro Chumbinho, mestre em Direito, tendo frequentado com aproveitamento a parte escolar do curso de doutoramento na especialidade de Ciências Jurídico-Políticas, pede a sua admissão a doutoramento com o tema "O Problema da Legitimação Democrática dos Tribunais", sob a orientação do Professor Jorge Miranda. A apreciação do requerimento ficou adiada.

O Conselho tomou conhecimento do requerimento em que Beatriz Conde Miranda, admitida à preparação de doutoramento, com o tema "A tutela - Interesse ou Direito?", pede substituição do Professor Orientador.

O Conselho não se pronunciou sobre a substituição solicitada, considerando a disposição do Regulamento dos Estudos Pós-Graduados da Universidade de Lisboa, de acordo com a qual o doutorando pode solicitar ao Conselho Científico a substituição do Professor Orientador, mediante justificação devidamente fundamentada, ausente no requerimento.

O Conselho deferiu o requerimento de Jaíra Capistrano da Cruz Soares, admitida à preparação de doutoramento em Ciências Jurídico-Políticas, com o tema "Constituição e Modelo de Mercado: uso liberal e desuso neoliberal", sob orientação do Professor Paulo Ottero, em que pede a prorrogação por um ano do prazo de entrega da respetiva dissertação. A prorrogação é concedida, sem prejuízo da caducidade do registo definitivo da tese.

O Conselho deferiu o pedido de Luziânia Carla Pinheiro Braga, admitida à preparação de doutoramento em Ciências Jurídico-Políticas, com o tema «Arbitragem e conciliação em litígios entre entes da administração pública federal brasileira», sob orientador do Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, em que pede prorrogação do prazo de entrega da respetiva dissertação. A prorrogação é concedida, sem prejuízo da caducidade do registo definitivo da tese.

O Conselho tomou conhecimento do requerimento em que João Pedro Charters de Azevedo Marchante pede a reinscrição, em sede de registo de títulos de trabalhos académicos, do título (sem o subtítulo anterior) "Da deteção de lacunas da lei, no Direito Português"; e ainda que seja permitido acrescentar o subtítulo (sem prejuízo de vir a ser usado como título): "Onde, a propósito da deteção de lacunas no Direito Português, se verifica que a fonte do Direito é a lei, que a interpretação da lei é exegética, e que as lacunas (v.g. *in conceitos indeterminados*) são

*ampliações teleológicas* de normas (Cf., *maxime*, o disposto no art. 203.º CRP, no art.9.º/2 CCiv e no art. 10.º/2 CCiv)“.

O Conselho deliberou admitir a doutoramento João Pedro Charters de Azevedo Marchante, ao abrigo do regime jurídico em vigor.

O Conselho atribuiu a classificação de Bom ao Relatório de conclusão de estágio de pós-doutoramento elaborado pelo Doutor Luís Henrique Barbante Franzé, de acordo com Parecer do Professor Miguel Teixeira de Sousa (Doc.4).

O Conselho admitiu a pós-doutoramento o Doutor Álvaro Luiz Travassos de Azevedo Gonzaga, com o tema “O jusnaturalismo como modelo hodierno” e sob a orientação do Professor Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto.

O Conselho admitiu a pós-doutoramento a Doutora Nathaly Campitelli Roque, com o tema “Elementos históricos do processo luso-brasileiro: criação e transformações dos institutos recursais” e sob a orientação do Professor Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto.

O Conselho admitiu a pós-doutoramento a Doutora Andrea Borelli, com o tema “Cidadania, Direito e Questão de Género – a condição feminina no direito brasileiro e português” e sob a orientação do Professor Doutor Fernando Araújo.

O Conselho admitiu a pós-doutoramento o Doutor Ilton Garcia da Costa, com o tema “Direito Educacional. Garantias Normativas do Controle de Qualidade” e sob a orientação do Professor Doutor Pedro Barbas Homem.

## **6. Curso geral e mestrado: distribuição de serviço para o 2.º semestre**

O Presidente informou o Conselho que, face à constatação das concretas necessidades do serviço docente para o segundo semestre e à manifesta urgência resultante do iminente início das aulas, foi dirigido ao Reitor um pedido de contratação de seis assistentes convidados, três para o Grupo de Ciências Jurídicas e três para o Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas.

O Diretor reiterou as palavras do Presidente do Conselho, dando nota do procedimento de verificação das cargas letivas dos docentes, levado a cabo pelo Conselho Académico, das justificações providenciadas por ambos os Grupos e das múltiplas situações de sobrecarga horária.

O Professor David Duarte chamou a atenção, face à informação de que dispunha, para a necessidade de verificar e de documentar as efetivas necessidades de contratação.

O Professor Paulo Otero informou sumariamente o Conselho sobre a situação do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas, manifestando o seu apreço pelos Assistentes Maria Mariana Melo Egidio Pereira e Nuno Ricardo Pereira Branco que, estando, respetivamente, em situação de licença sem vencimento e de dispensa de serviço para preparação de doutoramento, aceitaram prestar serviço docente. Pôs ainda à consideração do Conselho propor a contratação da Monitora Sandra Lopes Luis como Assistente Convidada, permitindo desde modo a sua participação no serviço de exames.

Assim, a distribuição do serviço docente do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas foi modificada, sendo o Assistente Pedro Lomba substituído na cadeira de Direito Constitucional II pelos Assistentes Nuno Ricardo Pereira Branco e Maria Mariana Melo Egidio Pereira.

No mestrado profissionalizante, o Professor Jorge Miranda foi substituído, de acordo com a sua própria sugestão, pelo Professor Carlos Blanco de Moraes.

A Professora Maria do Rosário Palma Ramalho deu conta do elevado número de assistentes que, no Grupo de Ciências Jurídicas, se encontram com carga horária muito acima da que é exigida pela lei.

O Professor António Menezes Cordeiro propôs, uma vez mais, que passe a constar do processo individual de cada docente o facto de assegurar serviço docente em situação de sobrecarga face ao horário legalmente estabelecido, sendo secundado pelo Professor Eduardo Vera-Cruz Pinto.

O Conselho aprovou unanimemente a proposta.

O Conselho ratificou o pedido de contratação de seis assistentes convidados dirigido ao Reitor, sob condição de se proceder a nova verificação da sua efetiva necessidade.

A Professora Maria do Rosário Palma Ramalho começou por comunicar a substituição, como membro da Comissão de Estudos Pós-Graduados, da Professora Ana Paula Dourado pela Professora Nazaré Costa Cabral, em representação do Grupo de Ciências Jurídico-Económicas e por indicação do respetivo decano, que o Conselho ratificou, manifestando o seu apreço pessoal à Professora Ana Paula Dourado pela forma ativa e empenhada com que prestou as suas funções na Comissão.

A Professora Coordenadora da Comissão de Estudos Pós-Graduados deu depois breve nota do andamento da reforma dos cursos de mestrados, submetendo ao Conselho:

- a lista de "Candidatos à elaboração da dissertação no âmbito do Curso de Mestrado Profissionalizante cuja parte curricular se realizou no ano letivo 2010/2011 – Pedidos extemporâneos", com indicação dos Professores Orientadores solicitados (Doc.5);
- e as listas de constituição e modificação de júris das provas de mestrado em Ciências Jurídico-Forenses/Profissionalizante (Docs.6-11); em Ciências Jurídico-Criminais (Docs.12 e 13); em Ciências Jurídico-Financeiras/Profissionalizante (Doc.14); em

Ciências Jurídico-Económicas (Docs.15 e 16); em Ciências Jurídico-Internacionais (Doc.17); e em Direito Internacional e Relações Internacionais (Doc.18).

O Conselho aprovou unanimemente todos os documentos.

Finalmente, a Professora Maria do Rosário Palma Ramalho, fazendo o balanço do primeiro semestre, agradeceu a todos os Professores o escrupuloso cumprimento dos prazos da avaliação nos cursos de mestrado profissionalizante.

O Conselho abriu um breve debate sobre a reforma dos cursos de mestrado em curso, em que tomaram a palavra os Professores Maria Luísa Duarte, Fernando Araújo, José Luís Ramos, Paulo Otero, Maria do Rosário Palma Ramalho, Dário Moura Vívante e Jorge Reis Novais.

O Presidente do Conselho confirmou o agendamento da reforma dos cursos de mestrado para a próxima reunião do dia 28 de março.

## **7. Relações Internacionais**


O Professor Vasco Pereira da Silva, Coordenador do Gabinete Erasmus, começou por dar nota ao Conselho da realização, em Granada, no dia 10 de fevereiro, das provas de doutoramento conjunto pela Universidade de Granada e pela Universidade de Lisboa do Doutor Fausto Vecchio, já Doutor em Itália, a quem foi atribuída a nota máxima, por unanimidade. O Professor Vasco Pereira da Silva integrou o júri, em representação da Universidade de Lisboa.

O Coordenador do Gabinete Erasmus lembrou o Conselho do reinício dos cursos intensivos, com a presença do Professor Steffen Pabst, da Universidade de Leipzig, no curso sobre Direito Processual Civil Europeu.

Informou depois que a reunião anual da ELFA (European Law Faculties Association) teria lugar em Madrid, entre os dias 8 a 10 de março, dedicada ao tema "Legal Education and Professional Life: Adapting to Current Challenges", sendo a Faculdade representada pelo Professor Vasco Pereira da Silva e pela Professora Sílvia Alves.

Finalmente, o Coordenador do Gabinete Erasmus deu conta de que a Faculdade organizará, através do Gabinete Erasmus e com a colaboração do Mestre Guilherme Oliveira Martins, a reunião anual dos representantes Erasmus e dos responsáveis pelas relações internacionais - Nanterre Network (17th Annual Meeting of the Erasmus Representatives and Responsibles of International Relationships - Nanterre Network), que decorrerá em Lisboa, entre os dias 22 a 24 de março.

O Diretor pediu para fazer constar em Ata a sua gratidão e o seu reconhecimento pelo trabalho que nos últimos anos tem sido desenvolvido pelo Professor Vasco Pereira da Silva no âmbito das relações internacionais.

7 

O Conselho associou-se de forma unânime às palavras do Professor Eduardo Vera-Cruz Pinto.

O Professor António Menezes Cordeiro deu nota da sua intervenção no mestrado que decorre no Recife, ao abrigo do Protocolo celebrado com a Escola Superior de Magistratura de Pernambuco (ESMAPE), dando testemunho do acolhimento recebido e do prestígio de que goza a Faculdade. Felicitou a propósito o Professor Fernando Araújo, Presidente do Instituto do Direito Brasileiro.

O Professor Fernando Araújo agradeceu e informou brevemente o Conselho sobre o andamento dos cursos de mestrado que decorrem no Recife. Ao terminar, lembrou que o Professor Ingo Wolfgang Sarlet, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, lecionaria o curso intitulado "Os Direitos Sociais como Direitos Humanos e Fundamentais - uma perspetiva transconstitucional", entre 27 de fevereiro e 2 de março.

## 8. Cooperação

O Presidente do Instituto de Cooperação Jurídica começou por apresentar o documento que reúne "Alguns dados quantitativos sobre a atividade do Instituto da Cooperação Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 2011" (Doc.19), de que constam os alunos que beneficiaram diretamente da lecionação da Faculdade no estrangeiro, os graus concedidos e os docentes envolvidos nas atividades de cooperação jurídica.

O Professor Dário Moura Vicente submeteu ao Conselho:

- o "I Curso de Mestrado em Direito em parceria entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e a Universidade do Mindelo (São Vicente, Cabo Verde) 2012" (Doc.20);
- as "Provas de mestrado a realizar em 2012, na Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo - Moçambique", no Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas (Doc.21);
- e as "Coordenações científicas de disciplinas do segundo ciclo, 2012 - I Semestre", para a Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades da Universidade do Zambeze (Doc.22).

O Conselho aprovou todos os documentos.

O Presidente do Instituto de Cooperação Jurídica propôs a atribuição de serviço docente à Mestre Fabricia Henriques na Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, tendo o Conselho aprovado a proposta.

O Conselho admitiu Yang Hong, da China University of Political Science and Law, à realização na Faculdade de um estágio de investigação para a preparação de doutoramento, subordinado ao tema "History of legal system of Macao", e sob orientação da Professora Sílvia Alves.



Finalmente, o Professor Dário Moura Vicente informou brevemente o Conselho sobre as atividades que o Instituto de Cooperação Jurídica tem desenvolvido na Ásia: a pós-graduação em Goa (V Pós-Graduate Diploma in Civil Law); o curso de mestrado e o curso de especialização pós-graduada em Timor-Leste; e o curso de doutoramento em Macau, formalmente aberto em 16 de janeiro de 2012 pelo Reitor da Universidade de Lisboa, bem como pelo Presidente do Instituto de Cooperação Jurídica.

O Professor Paulo Otero felicitou o Professor Dário Moura Vicente, propondo que seja dada continuidade à prática de divulgação dos dados quantitativos da atividade de cooperação jurídica, na página do Instituto e na revista da Faculdade.

O Professor António Menezes Cordeiro reiterou o seu reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelo Professor Dário Moura Vicente, sendo seguido por todo o Conselho.

## **9. Informações**

O Professor Miguel Teixeira de Sousa, membro do Conselho Geral da Universidade, informou o Conselho sobre o projeto de fusão da Universidade de Lisboa e da Universidade Técnica, lembrando a importância de questões como a determinação do "numerus clausus" e a sua relação com o financiamento e o número de docentes da Faculdade, e ainda alguns dos concretos problemas ligados à capacidade letiva da Escola (sobrecargas horárias; remunerações; e número de alunos por subturmas).

Os Professores António Menezes Cordeiro, Paulo Otero e Eduardo Vera-Cruz pronunciaram-se pelo próximo agendamento como ponto prioritário do projeto de fusão da Universidade de Lisboa e da Universidade Técnica.

## **10. Pessoal**

O Conselho deferiu o requerimento em que o Professor José Artur Anes Duarte Nogueira, Professor Catedrático Convidado, pede a renovação do seu contrato por mais um ano.

O Conselho deferiu o requerimento em que o Professor António Pedro Pereira Nina Barbas Homem, tendo sido nomeado Diretor do Centro de Estudos Judiciários, solicita autorização para exercer funções docentes em regime de acumulação, nos termos estabelecidos pelo Estatuto dos Dirigentes da Administração Pública, com efeitos a 1 de outubro de 2011.

O Conselho deferiu o requerimento em que a Professora Maria José Reis Rangel de Mesquita solicita autorização para acumulação de funções docentes na Faculdade de Direito da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, para lecionar a disciplina de Contencioso Comunitário do Curso de Especialização (curso de mestrado) em Direito – Ciências

Jurídico-Políticas, no segundo semestre do ano letivo de 2011/2012, com um total de duas horas letivas semanais, como início na semana de 13 de fevereiro.

O Conselho deferiu o requerimento em que a Doutora Isabel Maria Grosso Elias de Oliveira Alexandre, tendo prestado provas de doutoramento, requer a sua contratação como Professora Auxiliar.

O Conselho adiou a apreciação do requerimento em que a Doutora Isabel Maria dos Santos Graes, tendo prestado provas de doutoramento, requer a sua contratação como Professora Auxiliar em tempo integral e segundo o regime de dedicação exclusiva, declarando suspender as funções que tem acumulado com o Tribunal de Contas, assim que seja esclarecida a situação remuneratória decorrente da celebração do presente contrato, com produção de efeitos reportados à data da celebração deste último.

O Conselho deliberou pedir esclarecimento da situação da requerente junto da Reitoria.

O Conselho deferiu o requerimento em que o Mestre Francisco Manuel Fonseca Aguiar, tendo entregue a tese de doutoramento, pede a prorrogação do seu contrato até às respetivas provas.

O Conselho deferiu o requerimento em que o José Miguel Faria Alves Brito pede a prorrogação do seu contrato por biénio, juntando Parecer favorável do Professor Orientador.

O Conselho deferiu o requerimento em que o Mestre Marco Alexandre Silva Capitão Ferreira pede a prorrogação do seu contrato por biénio, juntando Parecer favorável do Professor Orientador.

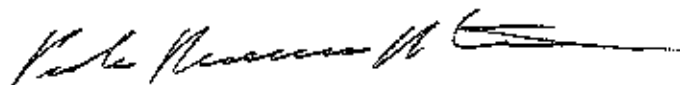
O Conselho deferiu o requerimento em que o Mestre João Manuel Gouveia de Caires pede a prorrogação do seu contrato por biénio, juntando Parecer favorável do Professor Orientador.

O Conselho deferiu o requerimento em que o Licenciado Domingos Miguel Soares Farinho pede a prorrogação do respetivo contrato até ao final do ano letivo.

O Conselho tomou conhecimento da declaração do Mestre João Manuel Espírito Santo Noronha, Assistente Convocado, de acordo com a qual exerce as funções de Vogal da Autoridade da Concorrência, cuja nomeação, pelo prazo de cinco anos, ocorreu em março de 2008.

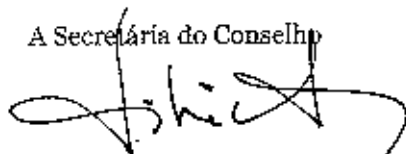
O Presidente do Conselho deu por terminada a reunião às 20.15h.

O Presidente do Conselho



(Professor Doutor Pedro Romano Martinez)

A Secretária do Conselho



(Professora Doutora Sílvia Alves)



Exmo(a). Senhor(a)  
Prof.(a) Doutor(a)

Tenho a honra de convidar V. Exa. para a Reunião do Conselho Científico, que terá lugar no próximo dia 15 de fevereiro, quarta-feira, às 15h30, na sala do Conselho Científico, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação da ata da reunião anterior;
2. Prémio *Pro Iustitia*;
3. Centro de Investigação;
4. Regimento do Conselho Científico;
5. Doutoramento e pós-doutoramento;
6. Curso geral e mestrado: distribuição de serviço para o 2.º semestre;
7. Relações internacionais;
8. Cooperação;
9. Informações;
10. Pessoal.

Lisboa, 8 de fevereiro de 2012

O Presidente do Conselho Científico

Pedro Romano Martinez



Acta da Reunião do Conselho Científico, em formação de professores Catedráticos, de  
11 de janeiro de 2012

No dia 11 de janeiro de 2012, às 15h, teve lugar a reunião do Conselho Científico, em formação de professores catedráticos, de cuja ordem de trabalhos constava:

1. Aprovação da acta da reunião anterior;
2. Constituição de júri de provas de agregação;
3. Licenças sabáticas.

Estavam presentes os professores Marcelo Rebelo de Sousa, António Menezes Cordeiro, Fausto de Quadros, Paulo Otero, Miguel Teixeira de Sousa, Fernanda Palma, Pedro Romano Martínez, que presidiu, Luís de Lima Pinheiro, Pedro Pais de Vasconcelos, Duarte Nogueira, Eduardo Vera-Cruz Pinto e Maria do Rosário Palma Ramalho.

Justificaram a ausência os professores Pedro Barbas Homem, Dário Moura Vicente e Paula Costa e Silva.

1. Foi aprovada a acta da reunião anterior.

2. No júri das provas de agregação do professor Manuel Januário da Costa Gomes, tendo em conta a objeção suscitada pelos serviços jurídicos da Reitoria e unicamente por consideração com o candidato de molde a não atrasar as provas, em vez do Senhor Prof. Doutor José Duarte Nogueira passa a integrar o júri o Prof. Doutor Santos Justo.

3. Sob a presidência do Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, foram analisados os pedidos de licença sabática, para o ano de 2012/2013, dos professores catedráticos Paulo Otero, Pedro Romano Martínez e Fernando Araújo, tendo o Conselho, sem a presença dos interessados, deliberado conceder a solicitada licença. Com respeito ao pedido da professora catedrática Paula Costa e Silva, que pede licença sabática pelo facto de ter dado aulas durante o período de licença que lhe foi concedido, o conselho

entendeu que estavam preenchidos os pressupostos para a concessão da solicitada licença.

Foram de igual modo analisados os pedidos de licença sabática e de prorrogação de licença sabática, respectivamente dos professores associados Ana Paula Dourado e Luís Morais, tendo o conselho entendido que nada obstava à concessão.

Foram também analisados os pedidos dos professores auxiliares José Melo Alexandrino e David Duarte, tendo conselho entendido que nada obstava à concessão da licença. Por fim, o conselho entendeu que nada obstava ao pedido de licença sabática, por seis meses, pedido pelo professor auxiliar José Luís Ramos.

A Prof<sup>ª</sup>. Doutora Fernanda Palma propôs a abertura de concurso para professor associado em Ciências Jurídicas, ficando a proposta de ser analisada na reunião seguinte.

O Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa propôs a abertura de concurso para professor catedrático e professor associado em Ciências Jurídico-Políticas, ficando a proposta de ser analisada na reunião seguinte.

A reunião terminou às 15h30.

O Presidente do Conselho Científico

Pedro Romano Martínez



**Proposta de linhas de orientação para a criação de centros de investigação sectoriais e da unidade de coordenação e de acompanhamento da FDL como entidade de acolhimento**

1. Através dos Institutos da FDL podem ser criados centros para actividades sectoriais de investigação científica e internacionalização da investigação jurídica na FDL, adiante designados "centros de investigação", dotados de autonomia científica e administrativa, funcionando a FDL como entidade pública de acolhimento.
2. Os Centros de investigação criados nos Institutos podem resultar da sua extensão; ou funcionar no seu âmbito devendo o Instituto proceder às alterações estatutárias necessárias para figurar como entidade gestora do "centro de investigação".
3. Podem também ser constituídos, em termos a fixar, "centros de investigação" na FDL por grupos de 15 ou mais Professores, após a fase de instalação dos "centros de investigação" criados pelos Institutos.
4. Cada "centro de investigação" criado na FDL exerce em exclusivo a investigação na área do Direito e das ciências auxiliares, que se propõe investigar, harmonizando a sua actividade de investigação com os demais, devendo indicar no acto da sua constituição, além dos regulamentos e orgânicas internos, as linhas de investigação (projectos) que pretende desenvolver.
5. É constituída na FDL, como entidade pública de acolhimento dos "centros de investigação" nela criados, uma "comissão coordenadora" que integra um representante de cada centro.
6. Na fase de instalação, no início do funcionamento dos "centros de investigação" e até estar concluída a fase de creditações a comissão de coordenação é presidida pelo Director, em articulação com o Conselho Científico e o Gabinete de apoio à investigação da Universidade de Lisboa.
7. O Director estabelece as relações institucionais entre os Centros de investigação e os órgãos de governo da FDL.
8. Cabe à comissão coordenadora aprovar o seu regimento; a proposta de regulamento de criação dos "centros de investigação", apresentada pelo Director, a submeter à aprovação do Conselho Científico; difundir para os Centros de Investigação a informação pertinente; promover a harmonização das linhas de investigação desenvolvidas nos Centros.
9. Os centros de investigação a criar devem adoptar regulamentação, procedimentos, organização e práticas susceptíveis de se apresentarem a acreditação junto das entidades competentes.
10. Os institutos da FDL que pretendam constituir "centros de investigação" comprometem-se a adaptar os respectivos Estatutos a essa possibilidade, atentas as exigências legais, regulamentares e estatutárias, antes da apresentação do centro à comissão coordenadora.
11. Os centros de investigação devem ser apresentados pelos respectivos representantes à comissão de coordenação até 31 de Março de 2012 (atentos os prazos já fixados pela FCT para a apresentação de projectos na área do Direito; e da Comissão Europeia para a área da justiça (ver anexo)).

12. A actividade desenvolvida nos "centros de investigação" deve ser articulada com a oferta dos mestrados de forma coordenada com o Conselho Científico através da Comissão Coordenadora dos Cursos Pós-graduados.

FDL, 10 de Janeiro de 2012

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Pedro P.', written in a cursive style. The signature is positioned to the right of the date.



**Parecer sobre o Relatório de conclusão de estágio de pós-doutoramento elaborado  
pelo Doutor Luís Henrique Barbante Franzé**

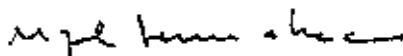
1. O Doutor Luís Henrique Barbante Franzé requereu a sua admissão a um estágio de Pós-doutoramento, propondo-se aprofundar uma investigação na área dos recursos em Processo Civil. No final da sua investigação, o Doutor Luís Franzé apresentou um relatório intitulado "Revisitação à Teoria Feral dos Recursos", que submeteu à minha apreciação.

Pude acompanhar e orientar o Doutor Luís Franzé nas suas actividades de pesquisa durante o seu estágio de Pós-doutoramento na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Além disso, durante a elaboração do Relatório, houve a oportunidade de manter, através das novas tecnologias, um contacto frequente.

2. O Relatório apresentado pelo Doutor Luís Franzé corresponde ao objecto do projecto de investigação que se propôs realizar aquando da apresentação do seu requerimento. A investigação – efectuada, como se disse, na área dos recursos em Processo Civil – centrou-se fundamentalmente no sistema brasileiro, português e italiano, como pode ser facilmente comprovado pela ampla bibliografia que apresentada no final do Relatório. Entre muitas outras matérias, o Relatório contém uma análise da importância dos recursos para a tutela jurisdicional (págs. 15 a 65) e dos princípios recursais (págs. 84 a 115), mas salienta-se especialmente por nele se apresentar uma "proposta de sistema recursal" (págs. 135 a 178), orientada para a análise dos aspectos fundamentais que devem ser observados para que, na perspectiva de um processo justo, se possa obter um sistema recursal equilibrado e optimizado. Dentro desta óptica, é realizada uma minuciosa – e original – análise do mais adequado recurso correspondente a cada decisão impugnada.

3. Em face do que antecede e do mérito revelado no Relatório, entendo dever ser emitida certidão de conclusão de estágio de pós-doutoramento, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em nome do Doutor Luís Henrique Barbante Franzé, com uma apreciação final de Bom.

Lisboa, Maio de 2011



(Miguel Teixeira de Sousa)

Nome do candidato(s)	Título proposto	Professores Orientadores solicitados	Curso/Área
ANTÓNIO HUGO BARROCKAS DELGADO PRETO	Os Benefícios Fiscais: O sistema Financeiro e Mercado de Capitais; Eno âmbito da IRE e da Projeção de Investimento	Edilberto Pas Ferreira	Ciências Jurídico-Financeiras
CORNÉLIO DAVILA	A proteção das pessoas nos conflitos armados	Luís Pereira Coutinho	Direito Internacional e Relações Internacionais
EDUARDO PEREIRA MARTINS DE CASTRO NABAIS	A prova proibida no processo penal	Paulo Manuel Meilo Sousa Mendes	Ciências Jurídico-Forenses
INÉS LOPES DA SILVA SANTOS MOIRAS	A aplicação do carcelo electrónico em processo penal	Paulo Manuel Meilo Sousa Mendes	Ciências Jurídico-Forenses
LUÍS FILIPE GUERRA DE OLIVEIRA ROSEIRO	A Internet e os Direitos Humanos	Eduardo Correia Baptista	Direito Internacional e Relações Internacionais

Documentó probado dia 08-02-2012 Gabinete de Estudos Pós-Graduados

CONSEJO CIENTIFICO  
DE 15/2/2012

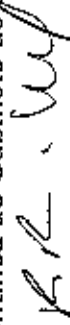
## CURSO DE MESTRADO

Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses (Profissionalizante)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Constituição de Júri
Milene Viegas Martins	"A Admissibilidade de valoração de imagens captadas por particulares como prova no processo penal".	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Prof. Doutor Augusto Silva Dias (presidente) Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes (orientador) Prof.ª Doutora Margarida Silva Pereira (arguente)
Vanessa Cristina de Velez Garcia	" A responsabilidade Civil do Administrador da Insolvência"	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez (presidente e orientador) Prof.ª Doutora Paula Costa e Silva Prof.ª Doutora Maria Raquel Rei (arguente)

Lisboa, 15 de Fevereiro de 2012

A Coordenadora Científica do Gabinete de Estudos Pós-Graduados



Prof.ª Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho)

**CURSO DE MESTRADO**  
**Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses (Profissionalizante)**

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Constituição de Júri
António Lourenço Gomes Pimentel	“ O papel da perícia na descoberta da verdade e como garante de um processo criminal equitativo”	Prof. Doutor Augusto Silva Dias	Prof. Doutor Augusto Silva Dias (presidente e orientador) Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes (arguente) Prof.ª Doutora Carlota Pizarro de Almeida

Lisboa, 15 de Fevereiro de 2012

A Coordenadora Científica do Gabinete de Estudos Pós-Graduados

(Prof.ª Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho)

## CURSO DE MESTRADO

Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses (Profissionalizante)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Constituição de Júri
Sónia Sofia Silva Santos	“Direitos Sociais: da necessidade de consagração expressa do conteúdo essencial”	Prof. Doutor Jorge Miranda	Prof. Doutor Fausto de Quadros (presidente) Prof. Doutor Jorge Miranda (orientador) Prof. Doutor Luis Pereira Coutinho (arguente)
Tadeu Hutter Gonçalves	“A abstrativização do controle concreto de constitucionalidade no Brasil e em Portugal”	Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa	Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa (presidente e orientador) Prof. Doutor José Melo Alexandrino Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito (arguente)

Lisboa, 15 de Fevereiro de 2012

A Coordenadora Científica do Gabinete de Estudos Pós-Graduados



(Prof.ª Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho)

**CURSO DE MESTRADO**

Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses (Profissionalizante)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Constituição de Júri
Ana Isabel Monteiro Nobre de Sousa	"A regulação do jogo em linha em Portugal"	Prof.ª Doutora Rute Saraiva	Prof. Doutor Renato Gonçalves (presidente) Prof. Doutor Miguel Moura e Silva (arguente) Prof.ª Doutora Rute Saraiva (orientadora)

Lisboa, 15 de Fevereiro de 2012

A Coordenadora Científica do Gabinete de Estudos Pós-Graduados



(Prof.ª Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho)

**CURSO DE MESTRADO**  
Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses (Profissionalizante)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Constituição de Júri
María Inês Antunes de Macedo	“Os privilégios creditários dos trabalhadores no Direito da Insolvência”	Prof.ª Doutora Adelaide Menezes Leitão	Prof.ª Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho (presidente) Prof.ª Doutor a Adelaide Menezes Leitão (orientadora) Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito (arguente)

Lisboa, 15 de Fevereiro de 2012

A Coordenadora Científica do Gabinete de Estudos Pós-Graduados



{Prof.ª Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho}

**CURSO DE MESTRADO**  
Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses (Profissionalizante)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Constituição de Júri
Filipe Miguel Tavares da Cunha e Costa	“Do recurso à aplicação analógica do artigo 80.º do código penal em sede de processo tutelar educativo”	Prof.ª Doutora Margarida Silva Pereira	Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro (presidente) Prof.ª Doutora Margarida Silva Pereira (orientadora) Prof.ª Doutora Carlota Pizarro de Almeida (arguente) Mestre Helena Morão

Lisboa, 15 de Fevereiro de 2012

A Coordenadora Científica do Gabinete de Estudos Pós-Graduados



(Prof.ª Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho)



**CURSO DE MESTRADO**  
**Mestrado em Direito área de Especialização em Ciências Jurídico-Criminais**

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Constituição de Júri
Edilene Dias Virmíeiro Balbino	"A culpabilidade e a Actio Libera IN Causa - (In)Imputabilidade no Direito Penal Brasileiro"	Prof. Doutor João Curado Neves	Prof. Doutor Augusto Silva Dias (presidente) Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes Prof. Doutor João Curado Neves (orientador) Prof.ª Doutora Carlota Pizarro de Almeida (arguente)

Lisboa, 15 de Fevereiro de 2012

A Coordenadora Científica do Gabinete de Estudos Pós-Graduados



(Prof.ª Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho)

**CURSO DE MESTRADO**  
**Mestrado em Direito área de Especialização em Ciências Jurídico-Criminais**

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Constituição de Júri
Eduardo João Mancanha	" A Prisão preventiva no código de processo penal guineense – uma análise à luz de alguns princípios que orientam a sua aplicação"	Prof. Doutor João Curado Neves	Prof. Doutor Augusto Silva Dias (presidente e arguente) Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes Prof. Doutor João Curado Neves (orientador)

Lisboa, 15 de Fevereiro de 2012

A Coordenadora Científica do Gabinete de Estudos Pós-Graduados



(Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho)

**CURSO DE MESTRADO**  
**Mestrado em Ciências Jurídico-Financeiras (Profissionalizante)**

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Constituição de Júri
Maria do Carmo Furtado Varela	" A tributação de prestação de serviços em Cabo verde"	Prof. <sup>a</sup> Doutora Ana Paula Dourado	Prof. Doutora Ana Paula Dourado (presidente e orientadora) Prof. <sup>a</sup> Doutora Paula Rosado Pereira (arguente) Prof. Doutor Pedro Paes Vasconcelos

Lisboa, 15 de Fevereiro de 2012

A Coordenadora Científica do Gabinete de Estudos Pós-Graduados



(Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho)

**CURSO DE MESTRADO**  
**Mestrado em Ciências Jurídico Económicas**

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Constituição de Júri
Ana Rita Chacim	" O endividamento financeiro municipal no contexto das relações intergovernamentais no ordenamento Jurídico Português."	Prof.ª Doutora Nazaré da Costa Cabral	Prof. Doutor Eduardo Paz Ferreira (presidente) Prof. Doutor José Melo Alexandrino Prof.ª Doutora Nazaré da Costa Cabral (orientadora) Prof. Doutor Carlos Lobo (arguente)

Lisboa, 15 de Fevereiro de 2012

A Coordenadora Científica do Gabinete de Estudos Pós-Graduados



(Prof.ª Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho)

**CURSO DE MESTRADO**  
Mestrado em Direito área de especialização em Ciências Jurídico-Económicas

Candidato	Título de Dissertação	Prof. Orientador	Constituição de Júri
Alexandra Maria Borges Castro Gonçalves Marques	" Sobre o regime de Arbitragem Tributária no Direito Português"	Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado	Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado (presidente e orientadora) Prof. Doutor José Melo Alexandrino Prof. Doutor Sérgio Vasques Prof. Doutor Carlos Lobo

Lisboa, 15 de Fevereiro de 2012

A Coordenadora Científica do Gabinete de Estudos Pós-Graduados



(Prof.ª Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho)

**CURSO DE MESTRADO**  
**Mestrado em Direito área de especialização em Ciências Jurídico-Internacionais**

Candidato	Título de Dissertação	Prof. Orientador	Constituição de Júri
André Bretones	" Os fluxos Migratórios atuais -- as respostas possíveis do DIP"	Prof. <sup>a</sup> Doutora Margarida Salema D'Oliveira Martins	Prof. <sup>a</sup> Doutora Maria Luísa Duarte (presidente) Prof. <sup>a</sup> Doutora Margarida Salema D'Oliveira Martins (orientadora) Prof. Doutor Rui Fonseca (arguente)

Lisboa, 15 de Fevereiro de 2012

A Coordenadora Científica do Gabinete de Estudos Pós-Graduados



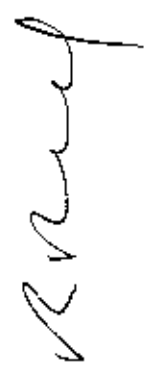
(Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho)

**CURSO DE MESTRADO**  
Curso de Mestrado em Direito Internacional e Relações Internacionais

Candidato	Título de Dissertação	Prof. Orientador	Constituição de Júri
Virgília Maria António Virgílio	"Direitos e deveres do Estado Moçambicano na zona económica exclusiva."	Prof. Doutor Fernando Loureiro Bastos	Prof. Doutora Maria Luísa Duarte (presidente) Prof. Doutora Margarida D'Oliveira Martins (arguente) Prof. Doutor Fernando Loureiro Bastos (orientador)

Lisboa, 15 de Fevereiro de 2012

A Coordenadora Científica do Gabinete de Estudos Pós-Graduados



(Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho)



Instituto de Cooperação Jurídica  
da Faculdade de Direito de Lisboa

Doc. 49

**Alguns dados quantitativos sobre a actividade do  
Instituto da Cooperação Jurídica da  
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa  
em 2011**

A. Alunos que beneficiaram directamente da leccionação pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa no estrangeiro, no âmbito da Cooperação Jurídica, em 2011:

- *Cursos de Licenciatura – 2196 alunos*
- *Cursos de Pós-Graduação – 361 alunos*
- *Cursos de Mestrado – 175 alunos*
- *Cursos de Doutoramento – 13 alunos*
- *Outros Cursos, Colóquios, Seminários e iniciativas análogas – 5 participantes*

**Total – 2750 alunos**

	Angola	Cabo Verde	Goa	Guiné-Bissau	Moçambique	Timor	Total
Doutoramento	-	-	-		13		13
Mestrado	64	-	-		111		175
Pós-Graduação	175	52	24	67	43		361
Licenciatura	1190	-		331	598	77	2196
Outros cursos e iniciativas análogas		-	-	-	5		5
<b>Total</b>	<b>1429</b>	<b>52</b>	<b>24</b>	<b>398</b>	<b>770</b>	<b>77</b>	<b>2750</b>





Instituto de Cooperação Jurídica  
da Faculdade de Direito de Lisboa

## **Angola - 1429 alunos**

### 64 alunos nos Cursos de Mestrado:

- O Curso de Mestrado em Governação e Gestão Pública, na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (FDUAN), em Luanda, iniciado em 2011, foi leccionado por Professores da FDUL, e tem 58 alunos inscritos.

- O II Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas, na FDUAN, em Luanda, iniciado em 2006, foi leccionado por Professores da FDUL, com 6 alunos inscritos, 1 dos quais obteve o grau de mestre em 2011.

### 1190 alunos no Curso de Licenciatura:

A FDUL assegura a coordenação científica de diversas disciplinas na Universidade Óscar Ribas (UOR), através de quatro Professores da FDUL, que desempenham funções de orientação científica e pedagógica sobre nove docentes da UOR. Esta orientação verificou-se no âmbito de dez disciplinas da Licenciatura em Direito, frequentadas por 1190 alunos.

### 175 alunos no Curso de Pós-Graduação:

- O II Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Governação Local, na FDUAN, em Luanda, leccionado em 2011 por Professores da FDUL, teve 12 alunos inscritos.

- O I Curso de Pós-Graduação conducente a Mestrado, na FDJES, em Huambo, leccionado em 2011 por Professores da FDUL teve 74 alunos inscritos.

- O Curso de Pós-Graduação em Direito dos Contratos na UOR, em Luanda, leccionado em 2011 por dois Professores da FDUL, teve 24 alunos inscritos.

- O Curso de Pós-Graduação conducente a Mestrado na Faculdade de Direito da Universidade Mandume, em Lubango, leccionado em 2011 por Professores da FDUL, teve 57 alunos inscritos.

- O Curso de Formação Avançada para candidatos ao Doutoramento na Faculdade de Direito da Universidade Mandume, em Lubango, leccionado em 2011 por Professores da FDUL, teve 8 alunos inscritos.



Instituto de Cooperação Jurídica  
da Faculdade de Direito de Lisboa

### **Cabo Verde - 52 alunos**

#### 52 alunos no Curso de Pós-Graduação:

- O Curso de Pós-Graduação em Direito Bancário leccionado por Professores da FDUL, em colaboração com o Instituto Superior em Ciências Jurídicas e Sociais de Cabo Verde, teve 52 alunos.

### **Goa - 24 alunos**

#### 24 alunos no Curso de Pós-Graduação:

- O IV Curso de Pós-Graduação para a atribuição do *Diploma in Civil Law*, leccionado por Professores da FDUL, em colaboração com o *Salgãoocar College of Law*, da Universidade de Goa, teve 24 alunos inscritos.

### **Guiné-Bissau - 398 alunos**

#### 331 alunos no Curso de Licenciatura:

A FDUL assegura a coordenação científica da Faculdade de Direito de Bissau (FDB), através de um Assessor Científico, Professor da FDUL, que desempenha funções de supervisão científica e pedagógica sobre o conjunto da actividade lectiva da FDB, e a regência, através de dois Assistentes seus, de várias disciplinas da Licenciatura em Direito.

#### 67 alunos no Curso de Pós-Graduação:

O Curso de Pós-Graduação sobre Direito dos Contratos, leccionado em 2011 na FDB, em Bissau, por Professores da FDUL teve 67 alunos inscritos.



Instituto de Cooperação Jurídica  
da Faculdade de Direito de Lisboa

## **Moçambique - 770 alunos**

### 598 alunos no Curso de Licenciatura

A FDUL assegurou em 2011 a leccionação de várias disciplinas na Licenciatura em Direito da Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades da Universidade do Zambeze (UniZambeze), na Beira, através de dois Assistentes seus.

### 111 alunos nos Cursos de Mestrado:

- O IV Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas, iniciado em 2010 na Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane (FDUEM), em Maputo, é leccionado por Professores da FDUL e tem 32 alunos inscritos.

- O III Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas, iniciado em 2009 na UniZambeze, na Beira, é leccionado por Professores da FDUL e tem 25 alunos inscritos.

- O II Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas, iniciado em 2007 na Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane (FDUEM), em Maputo, foi leccionado por Professores da FDUL, com 17 alunos inscritos, 6 dos quais obtiveram o grau de mestre em 2011.

- O II Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas, iniciado em 2006 na FDUEM, em Maputo, foi leccionado por Professores da FDUL e tem 7 alunos inscritos

- No âmbito do Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Económicas 2011-2012, na Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane (FDUEM), em Maputo, é leccionado por Professores da FDUL e tem 30 alunos inscritos.

### 13 alunos no Curso de Doutoramento:

- O I Curso de Doutoramento, iniciado em 2008 na FDUEM, em Maputo, é leccionado por Professores da FDUL, e tem 13 alunos inscritos.

### 43 alunos no Curso de Pós-Graduação:

- O Curso de Pós-Graduação em Direito da Energia, leccionado em 2011 na FDUEM, em Maputo, por Professores da FDUL, teve 21 alunos inscritos.

- O Curso de Pós-Graduação em Direito dos Transportes, leccionado em 2011 na Unizambeze, Beira, por Professores da FDUL, teve 22 alunos inscritos.



Instituto de Cooperação Jurídica  
da Faculdade de Direito de Lisboa

5 alunos em outros cursos, colóquios, seminários e iniciativas análogas:

- O Curso de Direito Constitucional no Conselho Constitucional de Moçambique, em Maputo, leccionado em 2011 por um Professor da FDUL, teve 5 participantes.

**Timor-Leste – 77 alunos**

77 alunos no Curso de Licenciatura:

A FDUL assegurou, através de dois Assistentes, a regência de várias disciplinas no Curso de Direito da Universidade Nacional de Timor-Leste.)

**B. Graus concedidos:**

- Número total de licenciados: 95

Dos quais:

- Da Faculdade de Direito de Bissau: 44

- Da Universidade Nacional de Timor-Leste: 8

- Da Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades da Universidade do Zambeze: 53 (Graduação com Diploma UEM)

- Número total de mestres: 7

Dos quais:

- Da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto: 1

- Da Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane: 6

**C. Docentes envolvidos nas actividades de Cooperação Jurídica desenvolvidas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa no ano de 2011: 39**

Dos quais, docentes da FDUL: 30

- Professores: 27

- Assistentes: 3

Dos quais, docentes estrangeiros: 9



Instituto de Cooperação Jurídica  
da Faculdade de Direito de Lisboa

**D. Docentes contratados ou orientados pela FDUL no exercício de actividades docentes no âmbito da Cooperação Jurídica: 18**

- Na Faculdade de Direito de Bissau: 2
- Na UniZambeze (Beira): 2
- Na Universidade Nacional de Timor-Leste: 5
- Na Universidade Óscar Ribas: 9

**E. Pessoal não docente envolvido nas actividades de Cooperação Jurídica desenvolvidas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa no ano de 2011: 2**

- Secretário-Geral do Instituto de Cooperação Jurídica: 1
- Secretário da Faculdade de Direito de Bissau: 1

**F. Actividade editorial: 1 título publicado:**

- Estudos de Direito Africano:
- *A Responsabilidade Civil dos Administradores das Sociedades Comerciais em Moçambique*,  
Stayler Marroquim



Instituto de Cooperação Jurídica  
da Faculdade de Direito de Lisboa

Doc. 20

## I Curso de Mestrado em Direito

em parceria entre a  
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa  
e a  
Faculdade de Direito da Universidade do Mindelo  
(São Vicente, Cabo Verde)

2012



## Índice

- I – Unidades Curriculares**
- II – Distribuição do serviço docente**
- III – Calendário escolar**



I.

**CURSO DE MESTRADO EM DIREITO**

Em colaboração com a Universidade do Mindelo

Mindelo, São Vicente, Cabo Verde

2012/13

**Unidades Curriculares**

- a) **Metodologia Jurídica** (comum a todos os alunos)
- b) **Duas unidades curriculares** a escolher pelos alunos de entre:
  - i) Mencão de Ciências Jurídicas
    - **Direito Civil**
    - **Direito Comercial**
  - ii) Mencão de Ciências Jurídico-Políticas
    - **Direito Constitucional**
    - **Direito Administrativo**
  - iii) Mencão de Ciências Jurídico-Económicas
    - **Direito Económico**
    - **Direito Fiscal**
- i) **Métodos de Trabalho Científico** (comum a todos os alunos)

Notas:

- 1) Das menções referidas na alínea b), só funcionam aquelas em que estejam inscritos, pelo menos, **8 (oito) alunos**.





- 2) Salvo no que respeita a Métodos do Trabalho Científico, que obedece a regras de funcionamento diferentes, todas as unidades curriculares são organizadas de modo a integrar um primeiro semestre de exposição temática pelo regente e um segundo semestre predominantemente dedicado à avaliação dos alunos, mediante exposições orais destes sobre temas previamente definidos, sujeitas a debate (regime de seminário).
- 3) Cada semestre lectivo compreende, em cada unidade curricular, um período lectivo presencial de 10 horas (2 horas por dia), acrescidas do tempo indispensável para o atendimento aos alunos.
- 4) Os alunos inscritos numa menção poderão assistir às sessões dos seminários das restantes opções, mediante autorização prévia do regente.



**II.**

**CURSO DE MESTRADO EM DIREITO**

**Em colaboração com a Universidade do Mindelo**

**Mindelo, São Vicente, Cabo Verde**

**2012/13**

**DISTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO DOCENTE**

(sujeito a alteração)

**1) Metodologia Jurídica**

1º módulo – Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto

2º módulo – Profª. Doutora Sílvia Alves

**2) Direito Civil**

1º módulo – Prof. Doutor Luís Menezes Leitão

2º módulo – Prof. Doutor Dário Moura Vicente

**3) Direito Comercial**

1º módulo – Profª. Doutora Adelaide Menezes Leitão

2º módulo – Profª. Doutora Elsa Oliveira

**4) Direito Constitucional**

1º módulo – Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito

2º módulo – Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho



**5) Direito Administrativo**

1º módulo – Profª. Doutora Carla Amado Gomes

2º módulo – Prof. Doutor Lourenço de Freitas

**6) Direito Económico**

1º módulo – Prof. Doutor Renato Gonçalves

2º módulo – Prof. Doutor Luís Morais

**7) Direito Fiscal**

1º módulo – Profª. Doutora Ana Paula Dourado

2º módulo – Profª. Doutora Paula Rosado Pereira

**8) Métodos de trabalho científico**

1º módulo – Prof. Doutor Pedro Caridade Freitas

2º módulo – Prof. Doutor Gonçalo de Sampaio e Melo



**III.**

**CALENDÁRIO ESCOLAR**

(sujeito a alteração)

**I Semestre**

1/10/2012 a 9/1/2013

- 1) **Metodologia Jurídica**  
5 a 8 de Outubro - Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto
- 2) **Direito Civil**  
19 a 22 de Outubro - Prof. Doutor Luís Menezes Leitão
- 3) **Direito Constitucional**  
1 a 5 de Novembro - Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito
- 4) **Direito Económico**  
15 a 19 de Novembro - Prof. Doutor Renato Gonçalves
- 5) **Direito Comercial**  
29 de Novembro a 3 de Dezembro – Profª. Doutora Adelaide Menezes Leitão
- 6) **Direito Administrativo**  
13 a 17 de Dezembro - Profª. Doutora Carla Amado Gomes
- 7) **Direito Fiscal**  
11 a 14 de Janeiro - Profª. Doutora Ana Paula Dourado
- 8) **Métodos de trabalho científico**  
25 a 28 de Janeiro - Prof. Doutor Pedro Caridade Freitas



## II Semestre

1/3/2013 a 30/6/2013

- 1) **Metodologia Jurídica**  
1 a 4 de Março - Prof.<sup>a</sup>. Doutora Sílvia Alves
- 2) **Direito Civil**  
15 a 18 de Março - Prof. Doutor Dário Moura Vicente
- 3) **Direito Constitucional**  
5 a 8 de Abril - Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho
- 4) **Direito Económico**  
19 a 22 de Abril - Prof. Doutor Luís Morais
- 5) **Direito Comercial**  
3 a 6 de Maio - Prof.<sup>a</sup>. Doutora Elsa Oliveira
- 6) **Direito Administrativo**  
17 a 20 de Maio - Prof. Doutor Lourenço de Freitas
- 7) **Direito Fiscal**  
8 a 10 de Junho - Prof.<sup>a</sup>. Doutora Paula Rosado Pereira
- 8) **Métodos de trabalho científico**  
22 a 24 de Junho - Prof. Doutor Gonçalo de Sampaio e Melo



Instituto de Cooperação Jurídica  
da Faculdade de Direito de Lisboa

**Provas de mestrado a realizar em 2012**  
na  
**Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane**  
**Maputo - Moçambique**

**Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas**

Candidato	Tema da Dissertação	Orientador/Parecer	Arguente proposto pela FDUL	Datas das provas
Valter Lino Albrinho Mabjaia	"O Processo de Auditoria de Obras Públicas como Mecanismo de Controlo das Despesas do Estado"	Prof. Doutor Sérvulo Correia / FAVORÁVEL	Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa	13/6/12
Orlanda Rafael	"O poder local e a representação do Estado na circunscrição autárquica - uma reflexão sobre o município de Maputo"	Prof. Doutor Jorge Miranda / FAVORÁVEL	Prof. Doutor Jorge Reis Novais	5/9/12

Lisboa, 13 de Fevereiro de 2012,

O Presidente do Instituto de Cooperação Jurídica

(Prof. Doutor Dário Moura Vicente)



Instituto de Cooperação Jurídica  
da Faculdade de Direito de Lisboa

Doc.22

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES DA UNIVERSIDADE DO ZAMBEZE  
COORDENAÇÕES CIENTÍFICAS DE DISCIPLINAS DO SEGUNDO CICLO

2012 - I Semestre

PROFESSOR COORDENADOR (FDUL)	ENDEREÇO DE E-MAIL	DISCIPLINA	REGENTE	ENDEREÇO DE E-MAIL
Prof. Doutor Januário da Costa Gomes	<a href="mailto:icostagomes@fd.ul.pt">icostagomes@fd.ul.pt</a>	Direito dos Transportes	Mestra Catarina Salgado	<a href="mailto:cjsalgado@gmail.com">cjsalgado@gmail.com</a>
Profª. Doutora Carla Amado Gomes	<a href="mailto:carlamadogomes@fd.ul.pt">carlamadogomes@fd.ul.pt</a>	Direito do Ambiente e dos Recursos Naturais	Mestra Paula Silveira	<a href="mailto:paulacastrosilveira@gmail.com">paulacastrosilveira@gmail.com</a>
Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	<a href="mailto:paulosousamendes@yahoo.com">paulosousamendes@yahoo.com</a>	Consequências Jurídicas do Crime	Dr. Sidónio Manuel	<a href="mailto:sidoniomz@yahoo.com.br">sidoniomz@yahoo.com.br</a>
Prof. Doutor Jorge Reis Novais	<a href="mailto:inovais@fd.ul.pt">inovais@fd.ul.pt</a>	Justiça Constitucional	Mestre Justino F. Justino	<a href="mailto:justfeligberto@yahoo.com.br">justfeligberto@yahoo.com.br</a>
Professor Doutor Luís de Lima Pinheiro	<a href="mailto:llp@fd.ul.pt">llp@fd.ul.pt</a>	Direito do Comércio Internacional	Mestre António Chuva	<a href="mailto:aaichuva@gmail.com">aaichuva@gmail.com</a>

Lisboa, 13 de Fevereiro de 2012

O Presidente do Instituto de Cooperação Jurídica

(Prof. Doutor Dário Moura Vicente)

Alameda da Universidade, 1649-014 Lisboa  
Tel. 217 984 880- Fax. 217 984 603  
E-Mail: [cooperacao@fd.ul.pt](mailto:cooperacao@fd.ul.pt)  
Sítio Internet: [www.fd.ul.pt/ICJ](http://www.fd.ul.pt/ICJ)